



INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS DE DIREITO DE FAMÍLIA E A MARGINALIZAÇÃO DO HOMEM NA COMARCA DE CIANORTE

Luiz Henrique Romero¹, Leticia Carla Batista Rosa²

¹ Acadêmico do Curso de Direito, Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR, Maringá-PR.

Bolsista PROBIC-UniCesumar. luiz19951@hotmail.com

² Orientadora, Mestre, Docente da UNICESUMAR

RESUMO

Muitos crimes tipificados pelo Direito Penal têm entre sua fonte geradora lides que começam com processos no âmbito Civil, como divórcios, ações de alimentos, guarda de menores, entre outros. Vivenciar este tipo de processo traz um desgaste muito grande para a família, gerando assim, situações delicadas, que acabam por vezes se tornando em algum tipo de violência, sendo ela psíquica ou física, e o que antes era uma ação de natureza Civil acaba se transformando em um processo Criminal. Muitos destes processos acabam se findando, por motivos pessoais, como o restabelecimento do relacionamento; Estes processos, se melhor abordados, poderiam ser resolvidos de forma mais célere, mas acabam se tornando mais um motivo para a lentidão do sistema criminal do país. Ou seja, homens e mulheres que não são criminosos ou propensos a serem agressivos, pelo fato de estar passando por um processo desgastante no âmbito cível, acabam tornando-se, e estes mesmos tem o mesmo tratamento de qualquer criminoso comum, mas de uma certa forma, se estes casos fossem abordados de uma outra maneira não iria precisar aplicar a força do processo criminal. Com apuração de estatísticas e confronto de dados, o presente projeto irá apurar e quantificar estes processos, podendo assim identificar as possíveis causas para tal situação. Outro ponto importante que será abordado pelo projeto é a conquista da que a Lei Maria da Penha trouxe para as mulheres, porém esta acaba se transformando em uma grande aliada para que algumas mulheres possam utilizar a lei como um intuito de chantagem contra os homens. Com o decorrer do tempo e com os movimentos feministas os homens foram marginalizados e se tornaram atores das mais terríveis situações, deixando a mulher em uma situação favorável para utilizar-se de uma lei que antes serviria para sua proteção e agora utiliza como um alibi para chantagear, extorquer e reprimir os homens. Assim, vemos mais casos de que são aplicados medias coercitivas pelo Direito Penal, sendo que estes casos deveriam ser tratados de outras formas, para identificar a real necessidade da aplicação a pena. A cada processo com estas características, o poder judiciário fica mais abarrotado com processos que retiram o real foco do problema criminal, tornando mais difícil tratar os casos com a real necessidade da intervenção do Direito Penal.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos Matrimoniais; Chantagem; Feminismo; Lei Maria da Penha; Marginalização.